



Pseudônimos de autoras, aspectos contingenciais e o seu protagonismo social: FRAD, FRASAD e a representação temática em catálogos online

Pseudonyms of women authors, contingency and their social protagonism: FRASAD, FRASAD and subject representation in online catalogs

Suellen Oliveira Milani*

Brisa Pozzi de Sousa **

RESUMO

Partindo dos modelos conceituais *Requisitos funcionais para dados de autoridade* e *Requisitos funcionais para dados de autoridade de assunto*, a investigação busca perspectivas que propiciem aos catálogos de biblioteca dar visibilidade à representação temática dos pseudônimos de autoras que, principalmente entre o início do século XIX e meados do século XX, optaram por ou foram forçadas a assinar as suas obras com nomes masculinos ou ambíguos. Para tanto, a forma exploratória e qualitativa subsidiou a investigação, com destaque para o referencial da organização do conhecimento que discute questões socialmente impostas por um nome que é materializado em um registro catalográfico. Exemplos advindos dos catálogos de autoridade da Library of Congress e da Biblioteca Nacional do Brasil são discutidos, bem como o protagonismo social que esses registros podem assumir.

Palavras-chave: Modelo conceitual; FRAD; FRASAD; Pseudônimos; Representação Temática; Protagonismo Social.

ABSTRACT

This paper aims to present perspectives regarding subject representation of pseudonyms of women authors, who especially between the early nineteenth and mid-twentieth centuries, chose or were forced to sign their works with male or ambiguous names. Considering that library catalogs must promote visibility to subject representation of women author's pseudonyms, this exploratory and qualitative research highlights statements from the conceptual models *Functional requirements for authority data*, *Functional requirements for subject authority data*, and the knowledge organization literature to put forward a discussion regarding social issues conveyed by a name assigned to a bibliographic record. Applied examples from the Name Authority Headings of the Library of Congress and the Brazilian National Library are discussed, and the social protagonism which these records can embody is also highlighted.

Keywords: Conceptual Model; FRAD; FRASAD; Pseudonyms; Subject Representation; Social Protagonism.

* Doutora em Ciência da Informação (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"). Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Endereço: Rua Professor Lara Vilela, 126, São Domingos, CEP 24210-590, Niterói, RJ. Telefone: (21) 2629-9758. E-mail: suellenmilani@id.uff.br.

** Mestre em Ciência da Informação (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"). Docente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Endereço: Avenida Pasteur, 458, Urca, CEP 22290-240, Rio de Janeiro, RJ. Telefone: (21) 2542-1766. E-mail: brizapozzi@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os catálogos de bibliotecas, por vezes, foram compreendidos como ferramentas para inventariar acervos, mas na Antiguidade, e em grande parte da Idade Média, a história da catalogação mostra que não é explícita a diferença entre catálogos e inventários (GARRIDO ARILLA, 1999). Atualmente, os catálogos podem ser estruturados com base em modelos conceituais que caracterizam o estabelecimento de entidades e relacionamentos. No entanto, não se deve perder de vista que a sustentação para a construção e gestão de catálogos (ou sistemas documentários ou bases de dados) envolve, por exemplo, a estrutura e a compreensão de instrumentos documentários que são modelos referenciais não isentos de contingências históricas – políticas, econômicas e tecnológicas (ORTEGA; LARA, 2010).

Da mesma forma, acredita-se que aspectos contingenciais relativos aos acervos e suas referências podem ser demonstrados nos registros catalográficos. Ao focar nos usuários, na representação pautada em garantias, inclusive na representação temática ou de assunto, e nos padrões utilizados para atingir esses objetivos, bibliotecários(as) são, ao menos parcialmente, responsáveis pelos problemas sistêmicos que possam ocorrer nesse contexto (OLSON; SCHLEGL, 2001). Nesse sentido, Dobreski e Kwaśnik (2017) apresentam uma reflexão em torno do pseudônimo e explicam que as bibliotecas não estão catalogando pessoas, mas sim identidades.

Recentemente, o projeto *Original writers* criado por uma agência de publicidade brasileira em parceria com a empresa HP obteve destaque na mídia (COSTA, 2018; D'ERCOLE, 2018; DEZ..., 2018) por disponibilizar novas capas para livros famosos contendo os nomes das autoras que os publicaram sob pseudônimo. O conceito do projeto é dar visibilidade aos nomes originais das autoras que, principalmente entre o início do século XIX e meados do século XX, optaram por ou foram forçadas a assinar as suas obras com nomes masculinos ou ambíguos. Nesse contexto, questiona-se: de que maneira registros de autoridade em catálogos *online* podem dar visibilidade aos pseudônimos de autoras a fim de oferecer subsídios para a contextualização da representação temática?

A investigação proposta pretende reunir e oferecer uma discussão crítica acerca da representação dos pseudônimos de nove autoras que constituíram o projeto *Original writers*, vinculando-se aos modelos conceituais *Requisitos funcionais para dados de autoridade* – FRAD (INTERNATIONAL..., 2009) e *Requisitos funcionais para dados de autoridade de assunto* – FRASAD (INTERNATIONAL..., 2010), assim como a literatura de organização do conhecimento (OLSON, 2002; ROBITAILLE, 2006; DOBRESKI; KWAŚNIK, 2017). Este estudo exploratório e qualitativo, a partir do quadro referencial dos dois modelos conceituais, busca elementos complementares nos registros de autoridade pelos pseudônimos das autoras, pois nesse contexto, podem oferecer subsídios para a contextualização da representação temática. Em sua vertente aplicada, os cenários encontrados no contexto de duas bibliotecas foram discutidos. Para tanto, o *corpus* composto pelas nove autoras e seus respectivos pseudônimos foi objeto de busca nos catálogos de autoridade da Library of Congress e da Biblioteca Nacional do Brasil.

A REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA E O PODER DE NOMEAR

A produção dos registros catalográficos (ou registro documentário, ou registro de informação documentária, ou registro bibliográfico), é denominada catalogação e,

frequentemente, o termo é empregado de maneira ampla para referir-se à produção de catálogos de bibliotecas. A forma “catalogação” é aqui compreendida como processo documental envolvido por normativas que subsidiam a prática profissional; e já “Catalogação” para designar fundamentos teóricos, conceituais e metodológicos que congregam a área. A Catalogação envolve tanto aspectos da representação descritiva quanto da representação de assunto, a qual é também denominada catalogação de assunto.

Pelo processo de catalogação, tem-se como um dos resultados a elaboração e a representação dos pontos de acesso. Segundo Mey (1995, p. 40), “[...] a escolha do ponto de acesso que indica e encabeça (inicia) a entrada principal é objeto de regras específicas de catalogação”. Todavia, o foco da investigação não será no *Código de catalogação anglo-americano*, 2ª edição (AACR2), mas em como os FRSAD pelo relacionamento com os FRAD amparam a representação de pseudônimos.

A *Declaração dos princípios internacionais de catalogação* (2009), que leva em consideração os *Requisitos funcionais para registros bibliográficos* (FRBR), explica que os pontos de acesso podem ser controlados ou não. O primeiro tipo deve estabelecer “[...] as formas autorizadas e variantes dos nomes de entidades como pessoas, famílias, coletividades (entidades), obras, expressões, manifestações, itens, conceitos, objetos, eventos e lugares” (DECLARAÇÃO..., 2009, p. 4). Já em relação ao segundo tipo, “[...] podem existir como dados bibliográficos para nomes, títulos (por exemplo, o título próprio, (principal), tal como se encontra numa manifestação), códigos, palavras-chave, etc., não controlados por registros de autoridade” (DECLARAÇÃO..., 2009, p. 5), porém não comporão a forma autorizada.

Assim sendo, um ponto de acesso controlado tem “autorização” no sistema documentário, pois ao ser elaborado teve embasamento de orientações normativas (como as regras do código de catalogação vigente) e da política desse sistema. Esse ponto de acesso controlado envolve variações do nome, que, por sua vez, também é uma forma do nome, mas pode não ser a escolhida como a autorizada. De acordo com a *Declaração dos princípios internacionais de catalogação* (2009), a remissiva ou ponto de acesso não autorizado é o mesmo que a forma variante do nome, apresentado na forma de uma ponte para o ponto de acesso autorizado.

Desde os catálogos manuais, quando as fichas catalográficas formavam a única possibilidade de repertoriar os pontos de acesso, os catálogos de autoridade – ou como Mey (1995) afirma ser a denominação correta, os “catálogos de identidade” – compreendem a confecção de elaboração de cabeçalhos autorizados para nomes de pessoas e de entidades coletivas responsáveis pela abrangência intelectual do documento.

Assim, o ponto de acesso tido como principal é definido por um nome, termo ou signo utilizado para controlar uma entidade ou o seu conjunto em um registro catalográfico. Com os catálogos *online*, que também podem ser considerados bases de dados, vários pontos foram disponibilizados para a recuperação, e a palavra principal perdeu a função de ser utilizada, mas o ponto de acesso controlado continua tendo grande importância.

Os pontos de acesso são divididos em descritivos e temáticos e têm por função disponibilizar a recuperação dos registros dos documentos, possibilitando a navegação entre eles. Cada um dos pontos de acesso forma a entrada (ou cabeçalho) autorizada do registro catalográfico. Portanto, na catalogação se outorga, ou seja, concedem-se registros, de acordo com as regras que formarão um nome controlado. O ponto de acesso para pessoas deve ser consistente para possibilitar a recuperação

e a localização de todas as ocorrências desse mesmo elemento em diferentes registros catalográficos.

Em síntese, os registros catalográficos valem-se de pontos de acesso controlados atribuídos por quem cataloga, e essa construção passa por um processo interpretativo de representação da informação. Esses pontos de acesso “ficarão no lugar da obra” no catálogo para fins de recuperação da informação. Portanto, os registros catalográficos não substituirão a obra, mas atuarão como uma representação simbólica dela naquele contexto.

Por meio dos catálogos de bibliotecas, os usuários têm acesso aos referidos registros catalográficos, nos quais poderão conferir os pontos de acesso de assunto – cabeçalhos de assunto e notações de classificação atribuídos a cada documento do acervo. Esses pontos de acesso de assunto são rótulos que servirão de ponte entre o que o usuário precisa e o que o acervo oferece.

Por serem construídos a partir de registros catalográficos, os catálogos de bibliotecas não são ferramentas neutras e “[...] não refletem passivamente os valores dominantes da sociedade de forma neutra ou objetiva, mas selecionam os valores para expressá-la” (OLSON, 2002, p. 2).

Desse modo, a representação temática atribui um nome ou um rótulo ao conteúdo tópico do documento. Olson (2002, p. 4) considera que *nomear* a informação significa criar registros catalográficos (*document surrogates*) e esclarece que escolheu esse termo porque ele “[...] evoca o sentido do poder de controlar a representação de assunto e, portanto, seu acesso.”

Ao afirmar que nomear a natureza é especialidade da ciência, Keller (1985, p. 193¹ apud OLSON, 2002, p. 4) declara que “[t]eorias, modelos e descrições são nomeações construídas. Nesse ato de nomear, o cientista constrói e limita a natureza.” Ao declarar que nomear a informação é uma função especial da biblioteconomia e ciência da informação, Olson (2002, p. 4) explica que:

[n]ossas teorias, modelos e descrições, aplicados no desempenho de nosso papel de intermediários entre as pessoas e a informação, são tão presunçosos e controladores quanto a construção e controle da natureza pelos cientistas. Enquanto bibliotecários, nós decidimos como representar os assuntos e, assim, influenciamos o acesso à (e o uso da) informação contida nos documentos que catalogamos e o acesso ao (e o uso do) conhecimento deles oriundo.

Pessoas atribuem nomes às coisas para que ocorra comunicação e, por isso, a autora esclarece que nomear é um meio de comunicação interpessoal via linguagem. Ao atribuímos nomes às coisas, esforços são feitos para que uma autoridade seja imposta sob a linguagem. Esse controle imposto à linguagem não é baseado nas características e necessidades de cada indivíduo, mas em um padrão que englobe uma comunidade.

Diferentes nomes podem ter maneiras diferentes de identificar o mesmo elemento para representação, pois este é apresentado a partir de distintas características. Por exemplo, o elemento “nome” Elisa Lucinda dos Campos Gomes, que também pode ser nomeada Elisa Lucinda, capixaba, atriz, cantora e escritora, autora do livro *A lua*

¹ KELLER, E. F. *Reflections on gender and science*. New Haven: Yale University Press, 1985.

que menstrua, que atuou na novela *Kananga do Japão*, no filme *A causa secreta*, ganhadora do Troféu Raça Negra (2010). Outro exemplo, Carlos Drummond de Andrade, também pode ser nomeado o autor do poema “A máquina do mundo” ou o autor do livro *A rosa do povo*, ou poeta, contista e cronista do modernismo brasileiro nascido em Itabira, Minas Gerais, entre outras diferentes formas. Portanto, observam-se nomes próprios com sentidos diferentes atribuídos ao mesmo elemento, mas o sentido de referência continua o mesmo, qual seja, Elisa Lucinda e Carlos Drummond de Andrade.

Milani e Pinho (2012) sugerem que as figuras de linguagem também adentram essa discussão, uma vez que alguns domínios do conhecimento valem-se desse recurso linguístico enquanto forma de representação, e algumas comunidades discursivas, como forma de identidade. Por refletirem uma forma pela qual uma pessoa é conhecida (por exemplo, Aretha Franklin como Rainha do Soul) ou mesmo formas pelas quais determinadas comunidades de pessoas nomeiam a si mesmas (por exemplo, termos usados por homossexuais masculinos para descreverem a si mesmos), as figuras de linguagem podem oferecer subsídios para a representação temática em bibliotecas.

Em suma, nomear é “[...] a ação de conceder um nome, de rotular, de criar uma identidade. É um meio de estruturar a realidade. Ela impõe ao mundo uma padronização que seja significativa ao nomeador” (OLSON, 2002, p. 4). Por essa razão, modelos conceituais como os FRAD e os FRASAD, cujo objetivo é oferecer subsídios para relações bibliográficas, estruturam a realidade com foco nas necessidades dos usuários, e o seu mérito não afasta abordagens que já foram levantadas por referenciais da catalogação, como por exemplo, Panizzi. Os modelos conceituais visam atingir um caráter referencial internacional e, para tanto, análises críticas devem ser promovidas, estabelecendo diálogos e políticas de atualização com a participação de equipes multiculturais.

MODELAGEM CONCEITUAL, NOMES E PSEUDÔNIMOS: OS FRAD E FRASAD

Como elemento do processo de catalogação, um pseudônimo é registrado como ponto de acesso de autoridade, isto é, em um registro catalográfico o pseudônimo que uma autora fez uso para publicar suas obras será objeto de busca em um catálogo de autoridade. O entendimento sobre a representação de pseudônimos em catálogos e bases de dados ampara também a dimensão temática dessa representação, uma vez que poderiam oferecer subsídios para a contextualização da representação dos assuntos das obras.

A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) inseriu a modelagem conceitual, promovendo uma nova forma de fundamentar a representação do registro bibliográfico por meio dos *Requisitos funcionais para registros bibliográficos* (FRBR). No ano de 1998, a IFLA publicou o relatório sobre o modelo FRBR, que além de contemplar o aspecto de quem faz uso das bases de dados bibliográficas, também abrangeu conceitualmente o “[...] universo bibliográfico e independente de um código de catalogação específico” (MELO; BRÄSCHER, 2014, p. 103). Os FRBR são apresentados como um esquema para aperfeiçoar a organização em catálogos e bases de dados, pois direciona e potencializa as estruturas e relações bibliográficas, refletindo assim, no modo de representação.

De acordo com o relatório da IFLA sobre os FRBR, a proposta do modelo decorre, em um primeiro nível, no fornecimento de um quadro estruturado com o intuito de relacionar dados especificados em registros bibliográficos às necessidades informacionais de usuários. Também recomenda, como segunda abordagem, a estrutura básica de funcionalidade para a criação de registros por entidades bibliográficas nacionais.

Visando estruturar a criação de registros catalográficos, vários instrumentos como código de catalogação, tabela de classificação, lista de cabeçalho de assunto, tesouro, entre outros, são convencionados, portanto padronizados para a representação descritiva e a representação temática. Por conseguinte, orienta a relação de significados, facilitando o processo comunicativo entre quem produz os catálogos e bases de dados e as pessoas que os utilizam, isto é, a construção de pontes entre dois contextos: de produção documental e de uso da informação.

No contexto da proposição dos modelos conceituais pela IFLA, iniciada pelo modelo FRBR, é possível falar em família FRBR, a qual é constituída pelos próprios FRBR, os FRAD e os FRSAD. Apesar dos três estarem interligados, os dois últimos são de interesse desta investigação, sendo os FRAD detentor da finalidade de operar em nível conceitual os aspectos referentes às entidades que representam a autoridade, e os FRSAD o assunto, ambos requeridos para apoiar o acesso ao registro catalográfico pelo usuário.

Os três referidos modelos buscam subsidiar a representação e, por consequência, os relacionamentos entre os atributos e as entidades do universo bibliográfico, desencadeando a configuração de um processo que é puramente significativo. Os assuntos do documento podem ser compostos pelos FRSAD que apontam as entidades conceito, objeto, evento e lugar (*concept, object, event, place*). Entretanto, as demais entidades dos FRBR – obra, expressão, manifestação e item (*work, expression, manifestation, item*) – e dos FRAD: pessoa, entidade coletiva e família (*person, corporate body, family*), também podem transcender as suas funções originais e oferecer elementos para fomentar a representação temática.

Conforme exposto, os pontos de acesso controlados conjugam formas de autorização dos nomes em um registro catalográfico, e o pseudônimo é uma delas. Se, por um lado, o controle de autoridade identifica as entidades, pois possibilita aos usuários recuperarem um nome que tenha desempenhado diferentes papéis em uma obra, como por exemplo, de autoria, de ilustração, de coordenação, entre outros, por outro, as distancia, pois alguns aspectos sequer são relacionados, como por exemplo, o de opressão e as divisões socialmente impostas por um nome.

A sustentação concebida pela modelagem conceitual dos FRBR, assim como nos FRAD e nos FRSAD, envolve entidades, atributos e relacionamentos. Em certa medida, manipulam-se através dos relacionamentos os vínculos entre as entidades e os atributos, que podem ser pluralizados, mas também estancados em um dado cenário bibliográfico, pois não se isenta do olhar de quem estrutura conceitualmente o catálogo.

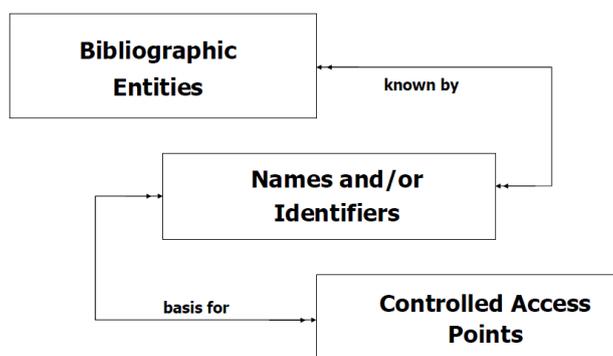
Em relação à caracterização do FRAD, decorre da particularidade de relacionar os dados dos registros de autoridade às necessidades dos usuários, como também propiciar auxílio no compartilhamento desses dados. Nesse sentido, mesmo com base no modelo é útil e necessário que haja o controle de autoridade em catálogos e bases de dados de diferentes especialidades, variando desde as que possuem cunho científico até as que são utilizadas por órgãos governamentais (como nos setores da

educação, saúde e segurança pública), passando por empresas privadas, entre outras.

As discussões sobre controle de autoridade não são novas, pois de forma ampla, tem-se reconhecimento nos estudos de Antony Panizzi (1797-1879), pioneiro na consolidação de princípios de catalogação. Seu trabalho no British Museum subsidiou um compêndio de regras para a elaboração do catálogo da biblioteca e, publicado em 1841, foi denominado *Catalogue of printed books in the British Museum*, amplamente conhecido como as “91 regras de catalogação de Panizzi” (GARRIDO ARILLA, 1999).

Atualmente, o controle de autoridade é pensado no bojo dos FRAD, cuja estrutura abrange 16 entidades (pessoa, família, entidade corporativa, obra, expressão, manifestação, item, conceito, objeto, evento, lugar, nome, identificador, ponto de acesso controlado, regras e agência), que foram baseadas além dos FRBR, nas *Diretrizes para registros de autoridade e referências*, Garr² (INTERNATIONAL..., 2001). Nos FRAD, as entidades no universo bibliográfico são conhecidas por nomes e/ou identificadores, utilizados como base para os pontos de acesso controlados, conforme ilustração apresentada na Figura 1.

Figura 1 – Base para pontos de acesso controlados nos FRAD.



Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2009, p. 4).

No primeiro diagrama, as entidades bibliográficas (*bibliographic entities*) referem-se aos principais objetos de interesse para o usuário, considerando as onze entidades definidas na família FRBR (pessoa, família, entidade corporativa, obra, expressão, manifestação, item, conceito, objeto, evento, lugar). Já no segundo diagrama, nomes e/ou identificadores (*names and/or identifiers*) relacionam-se às entidades bibliográficas atribuídas às entidades do ponto de acesso controlado (*controlled access points*), que, por sua vez, forma o terceiro diagrama. O controle é o fator que rege o ponto de acesso e está relacionado às regras e agências que fundamentam o seu conteúdo. É importante lembrar que as diretrizes para a construção de um registro de autoridade seguem as regras convencionadas nos códigos de catalogação.

Embora o modelo apresente uma extensa lista de atributos que possui relação com cada entidade, diferentes aspectos podem ser considerados. Mas em relação aos pseudônimos, há perspectiva diferente?

² A primeira edição do documento foi publicada em 1984, com o título *Guidelines for authority and reference entries*.

Pseudônimo é um “[n]ome fictício empregado por um autor em vez de seu nome verdadeiro. Alguns pseudônimos empregam nome especial” (BUONOCORE, 1976, p. 387). Nesse sentido, é possível considerar que o pseudônimo atua como um nome e, retomando os *Princípios de catalogação* (2009), a forma do nome para pessoa envolve o ponto de acesso autorizado. Assim, “[...] quando o nome de uma pessoa consiste de várias palavras, a escolha da primeira palavra para o ponto de acesso autorizado deve seguir as convenções do país e da língua mais associada a essa pessoa tal como se encontram nas manifestações ou em fontes de referência” (DECLARAÇÃO..., 2009, p. 6).

Nessa perspectiva, a autorização para o nome de uma pessoa pelos FRAD aproxima-se das entidades, regras e agências. De outro modo, as fronteiras da padronização, ao mesmo tempo que estruturam, também colaboram para uma ideia de neutralidade científica, pois tanto as regras quanto as agências catalogadoras percorrem formas prescritivas que extirpam algumas discussões, como por exemplo, as de gênero. Também não há nenhuma convenção nos FRAD e nos *Princípios de catalogação* (2009) que propicie pluralizar essa discussão.

Os *Princípios de catalogação* (2009) evidenciam que os pontos de acesso essenciais nos registros de autoridade incluem: nome ou título autorizado da entidade; identificadores para a entidade; vários nomes e formas variantes do nome ou título da entidade. Os pseudônimos de autoras, qualificados por essa variação, poderiam ser justificados nas relações com os nomes que possibilitem as ocorrências que, por algum motivo, tenham ocasionado, por exemplo, formas de opressão por esse nome.

Por outro lado, é importante observar que um pseudônimo empregado na perspectiva do nome social por uma marcação binária entre masculino e feminino tenciona a caracterização da identidade humana, que deve ser uma construção social, conforme explorado em Sousa, Saldanha e Tolentino (2017).

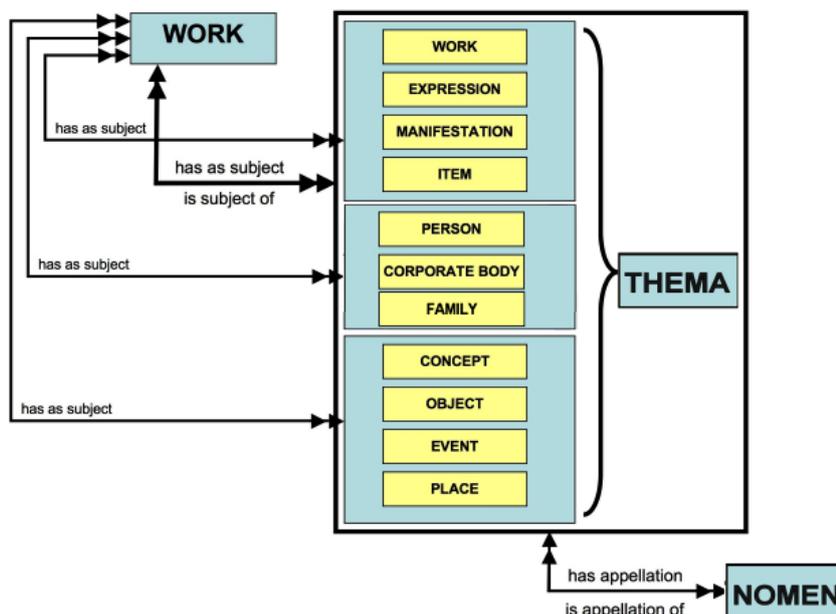
Dessa forma, o registro catalográfico com base na família FRBR e a própria aderência ao assunto articula-se com as várias entidades, formadas por atributos que se relacionam. Entretanto, nos FRSAD, duas entidades para identificação do assunto são apontadas como de nível elevado, isto é, são consideradas entidades superiores, quais sejam: *thema* (plural *themata* ou *themas*) e *nomen* (plural *nomina* ou *nomens*).

O processo de significação instaurado entre *thema* e *nomen* presume a necessidade de uma escolha teórica que deve ser discutida para proporcionar bases que fundamentem desconstruções e reavaliações, com o objetivo principal de nutrir o que se encontra no modelo e, assim, sustentar seu desenvolvimento científico.

As relações entre todas as entidades da família FRBR (obra, expressão, manifestação, item, pessoa, entidade coletividade, família, conceito, objeto, evento e lugar) são priorizadas nos FRSAD para representação do assunto, e essa indicação relaciona-se com o *nomen*, pelo qual um dado *thema* é conhecido. Desse modo, *thema* e *nomen* reportam o objetivo de vincular os assuntos em catálogos e bases de dados.

As orientações dos FRSAD no sentido de guiar o usuário a encontrar, identificar, selecionar e explorar os registros bibliográficos tratam de dois aspectos principais: as entidades e os relacionamentos utilizados para representar os assuntos dos documentos, conforme demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Relações entre os FRSAD e os FRBR (com a inserção da entidade família dos FRAD).



Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2010, p. 15).

A figura aponta quais são as entidades que poderiam ser utilizadas para representar os assuntos (*thema*) de uma obra (*work*), pois *thema* é “[...] qualquer entidade usada como assunto de uma obra” (INTERNATIONAL..., 2010, p. 15).

O grupo responsável pelos FRSAD tomou a decisão de evitar qualquer estrutura de subclasses predefinida, baseando-se, segundo seus integrantes, em estudos de usuários, revisão de literatura e análises independentes. Segundo esse grupo,

[p]arece não haver uma categorização universal de *themas* e qualquer tentativa de atestar uma limitaria necessariamente a usabilidade de um modelo geral. Será necessária uma implementação particular para definir as categorias ou tipos de *themas*. Dessa maneira, as entidades do grupo 3 dos FRBR são apenas um conjunto possível (INTERNATIONAL..., 2010, p. 46).

Nesse contexto, para representar os assuntos utilizando as entidades (obra, expressão, manifestação, item, pessoa, coletividade, família, conceito, objeto, evento, lugar e tempo),³ os profissionais valem-se dos *nomens*. *Nomens* são “[...] qualquer sinal ou sequência de sinais (caracteres alfanuméricos, símbolos, som etc.) pelo qual um *thema* é conhecido, referem-se ou dirigem-se a ele” (INTERNATIONAL..., 2010, p. 15).

³As pesquisas posteriores à publicação dos FRBR revelam que “[...] alguns pesquisadores focaram nas entidades do Grupo 3 e, particularmente, no fato de que *tempo* não está incluso [como uma entidade deste Grupo]” (INTERNATIONAL..., 2010, p. 40). Tempo figura como uma categoria fundamental quando se tem como objetivo representar diferentes abordagens de um mesmo assunto. Por exemplo, os conceitos gregos de *chronos* (tempo cronológico) e *kairos* (tempo baseado em eventos) veiculam diferentes conceitos de tempo.

Cada *thema* possui seus atributos, que variam de acordo com o contexto da obra que está sendo representada. Os FRSAD consideram como atributos mais gerais os tipos de *thema* e notas de escopo.⁴ Os tipos de *thema* podem ser categorias às quais os *nomens* pertencem dentro de um sistema de organização do conhecimento.

No Apêndice B dos FRSAD, o grupo menciona algumas categorias, como tópico, nomes pessoais (como assunto), nomes coletivos (como assunto), geografia, períodos, títulos e eventos, que pertencem à lista de cabeçalhos de assunto facetada, Faceted Application of Subject Terminology.⁵

Sem focar nos sistemas de organização do conhecimento e considerando o delineamento realizado, buscou-se a discussão do pseudônimo enquanto um atributo para a representação de assunto no modelo FRSAD.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PRESENÇA DOS PSEUDÔNIMOS DE AUTORAS NOS CATÁLOGOS DE AUTORIDADE DA LIBRARY OF CONGRESS E DA BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL

Em sua vertente aplicada, este trabalho valeu-se da busca dos nomes e pseudônimos de nove autoras que compõem o projeto *Original writers* nos catálogos de autoridade da Library of Congress e da Biblioteca Nacional do Brasil. A escolha pelas duas instituições justifica-se pelo fato de a primeira ser reconhecida como a maior biblioteca do mundo, possuindo mais de 155 milhões de itens; e, a segunda, por ser a principal fonte catalográfica do Brasil.

Sendo assim, a análise não se constituiu de forma comparativa com as entidades preconizadas pelo FRAD e FRSAD, pois a Biblioteca Nacional não adotou a modelagem conceitual em seus catálogos. Já a Library of Congress, por sua vez, faz uso do código de catalogação *Recursos: Descrição e acesso*, mais conhecido pela sigla RDA, o qual é embasado nas entidades, atributos e relacionamentos da família FRBR.

Foram observadas a descrição, as remissivas e a fonte de dados nos registros catalográficos de autoridade das seguintes autoras e respectivos pseudônimos, conforme apresentação no Quadro 1.

Quadro 1 – Cabeçalhos autorizados nos catálogos de autoridades.

Nome / pseudônimo	Library of Congress	Biblioteca Nacional do Brasil
Amandine Dupin / George Sand	Sand, George, 1804-1876	Sand, George, 1804-1876
Emily, Charlotte e Anne Brontë / Currer, Ellis e	Brontë, Emily, 1818-1848 Brontë, Charlotte, 1816-	Brontë, Emily, 1818-1848 Brontë, Charlotte, 1816-

⁴ Nota de escopo: “Um texto que descreve e/ou define o *thema* ou especifica o seu escopo no contexto de um sistema de autoridade de assunto particular” (INTERNATIONAL..., 2010, p. 21).

⁵ Derivado das “Listas de Cabeçalho de Assunto” da Library of Congress (Library of Congress Subject Headings – LCSH), é um esquema de terminologia de assunto amplamente utilizado por bibliotecas. Seu desenvolvimento é oriundo da colaboração entre a Online Computer Library Center (OCLC) e a Library of Congress, iniciado em 1998.

Acton Bell	1855 Brontë, Anne, 1820-1849 Bell, Currer, 1816-1855	1855 Brontë, Anne, 1820-1849
Eugénie-Caroline Saffray / Raoul de Navery	Navery, Raoul de	Não consta
June Tarpé Mills / Tarpé	Não consta	Não consta
Maria Firmina dos Reis / Uma maranhense	Reis, Maria Firmina dos, 1825-1917	Reis, Maria Firmina dos, 1825-1917
Marian Evans Cross / George Eliot	Eliot, George, 1819-1880	Eliot, George, 1819-1880
Nair de Teffé / Rian	Teffé, Nair de, 1886-1981	<u>Fonseca, Nair de Teffé Hermes da, 1886-1981</u> <u>Hermes da Fonseca, Nair de Teffé, 1886-1981</u> <u>Rian, 1886-1981</u>
Léodile Béra / André Léo	Léo, André, 1824-1900	Não consta
Violet Paget / Vernon Lee	Lee, Vernon, 1856-1935	Lee, Vernon, 1856-1935

Fonte: Elaborado pelas autoras. As buscas foram realizadas em 28/8/2018 e refeitas em 27/9/2018.

Os registros de autoridade das duas autoras brasileiras Maria Firmina dos Reis e Nair de Teffé apresentam os seus próprios nomes como cabeçalhos autorizados na Library of Congress. Além delas, apenas as irmãs Brontë tiveram os seus nomes como cabeçalhos autorizados. As outras autoras têm seus pseudônimos masculinos como cabeçalho autorizado. Essa constatação corrobora, inclusive, a justificativa do projeto *Original writers*, isto é, ainda há dificuldades para mulheres escritoras “tomarem posse de suas obras” enquanto escritoras, para serem vistas e nomeadas explicitamente como responsáveis intelectuais pelas obras que produziram. Por envolver um trabalho de pesquisa, a construção dos registros de autoridade deve considerar diferentes fontes de informação para a sua elaboração, e não–centrar unicamente nos dados presentes no documento. Dessa forma, a construção de registros de autoridade caracteriza-se por ser um trabalho puramente intelectual, e o resultado confere credibilidade ao catálogo e ao sistema documentário como um todo, levando a entender que discussões sobre aspectos sociais, culturais e éticos devem compor a agenda de discussão de profissionais e pesquisadores da área, pois esses registros refletem, em certa medida, questões que conferem contingências históricas, políticas, econômicas e tecnológicas à humanidade.

Para o cenário de análise dos dados coletados e valendo-se da importação de metadados, perceberam-se no registro do catálogo de autoridades da Biblioteca Nacional do Brasil similaridades com o da Library of Congress. Porém, uma adaptação às necessidades locais foi realizada pela biblioteca brasileira ao incluir no registro de autoridade de Maria Firmina dos Reis o pseudônimo “Uma maranhense, 1825-1917” como remissiva. Esse relacionamento não se apresenta formalmente no catálogo de autoridades da Library of Congress. Nesse registro de autoridade, há no campo 670 do MARC 21 (fonte positiva dos dados) a seguinte informação: “Inf. de José

Nascimento Morais Filho: (Maranhense que pesquisa a autora).” Destaca-se a importância da inserção de nota como esta, em que um especialista relacionado à autora foi pesquisado e/ou consultado para a construção do registro de autoridade.

Na Biblioteca Nacional do Brasil, ao buscar pelo nome Amandine Dupin, o pseudônimo George Sand é exibido. As remissivas relacionadas ao nome da autora encontram-se registradas e a fonte positiva dos dados (campo 670 do MARC 21) recebeu atualização em 5/7/2017 e consta que a informação foi retirada da Library of Congress. Também como na biblioteca norte-americana, a biblioteca brasileira estabeleceu remissivas para os pseudônimos Currer Bell (direcionado para a entrada Brontë, Charlotte, 1816-1855) e Acton Bell (direcionado para a entrada Brontë, Anne, 1820-1849), mas não há remissivas para Ellis Bell. O registro Brontë, Emily, tem remissiva empregada para Brontë, Emily Jane, 1818-1848 e no campo 005 (data e hora da última alteração), do formato MARC 21, marca ocorrência em 18/6/2010.

Nair de Teffé é cabeçalho autorizado na Library of Congress, o qual menciona seu pseudônimo Rian e o fato ter sido uma caricaturista brasileira e também, ter sido casada com o ex-presidente brasileiro marechal Hermes da Fonseca. No registro da Biblioteca Nacional do Brasil, na fonte positiva dos dados, constatam-se as informações da Figura 3.

Figura 3 – Fonte positiva dos dados do registro de autoridade pessoa “Nair de Teffé”.

Fonte positiva dos dados	Assunto de: Santos, Paulo César dos. Nair... 1983: (D.; pseud.; n.c.) Díc. bras. art. plásticos: (Tefé, Nair de; n.c.; d.n.; pseud.) Delta: (d.n.; pseud. - Tefé, Nair de) Globo 13/6/81: (d.m.) https://pt.wikipedia.org/wiki/Nair_de_Tefé : (nasceu em Petrópolis, 10 de junho de 1886 e falece no Rio de Janeiro, 10 de junho de 1981, mais conhecida como Nair de Tefé; pintora, cantora, atriz e pianista brasileira. É notada por ter sido a primeira caricaturista mulher do mundo, e por ter sido primeira-dama do Brasil de 1913 a 1914, como esposa do marechal Hermes da Fonseca)
--------------------------	---

Fonte: Fundaç. Acesso em: 27 set. 2018.

No campo 005 (do MARC 21), observa-se que a última atualização do registro indicado foi em 5/5/2017 e ressalta-se a sensibilidade de quem catalogou e/ou revisou esse registro, por primeiro ter incluído os atributos gerais da vida de Nair, para depois dispor a informação sobre seu papel enquanto esposa e primeira-dama, atributos portanto da sua vida íntima. Mesmo que as informações tenham sido retiradas da fonte Wikipedia e a Biblioteca Nacional do Brasil não tenha uma política para subsidiar essa representação, ao levar em consideração os aspectos machistas de uma sociedade patriarcal, a segunda informação com grande probabilidade sobressairia em relação à primeira ou, ainda, a informação de ter sido a primeira caricaturista mulher se quer teria sido indicada. A última informação poderia ser convertida em assunto para o registro catalográfico que abordasse a(s) obra(s) com as caricaturas de Nair de Teffé.

Tanto na Library of Congress quanto na Biblioteca Nacional do Brasil, os pseudônimos são registrados no campo 400 (remissiva “Ver” para nome pessoal) do “formato autoridade”⁶ (no MARC 21), e na maioria das vezes, são mencionados no campo 670 a fonte positiva de dados, cujas informações advêm de diferentes fontes, mas principalmente da Wikipedia.

⁶ Destaca-se que o MARC 21 compreende cinco formatos: para dados bibliográficos, de autoridade, de coleção, de classificação e para informação comunitária.

Na Biblioteca Nacional, o registro de autoridade do pseudônimo “Lee, Vernon, 1856-1935” insere o nome da escritora por meio da remissiva “Ver Também (TR) Peget, Volet, 1856-1935”, o que não ocorreu em nenhum outro caso. Por serem sinônimos, nomes e pseudônimos devem compor uma relação de equivalência (Use / Usado para) e não uma relação associativa (Termos relacionados).

No campo MARC 670, são elencadas algumas fontes da internet que veiculam dados sobre as autoras, e no registro de autoridade de George Sand, é mencionado que este é o pseudônimo de Amandine-Aurore-Lucile Dupine que foi uma romancista francesa e feminista.

A presença do atributo feminista nessa ficha de autoridade desencadeia uma discussão sobre o fato de que bibliotecários(as) tendem a considerar os campos referentes à representação descritiva dos documentos como campos neutros de identificação, porém Moulaison, Dykas e Budd (2014) discutem como o conceito de autoria poderia ser ampliado para o aprimoramento do acesso à informação, indo além da identificação de autoria. Nessa perspectiva mais abrangente, os pontos de acesso referentes à autoria de uma obra seriam compostos também pelos atributos (gênero, estado civil, título, profissão, vocação etc.), relações (filiações, autores que o influenciaram, autores aos quais influenciou etc.) e eventos de vida e carreira (campos de estudo etc.) de cada autor(a).

No entanto, ao inserir esses atributos como relações e eventos da vida e carreira, dilemas éticos relacionados à privacidade surgem, uma vez que lidam com informações de natureza privada. Mesmo que pontos de acesso construídos por elementos relacionados à autoria figurem como excelentes pontes entre as necessidades informacionais dos usuários aos documentos (por exemplo: pesquisas sobre obras produzidas por autores nascidos em determinada época, que frequentaram determinado local, que participaram de momentos específicos da história etc.), devem-se respeitar os desejos dos autores em relação a expor algumas informações, e o fato deve considerar a construção, aplicação e avaliação de políticas de catalogação. Esses atributos devem ser usados com responsabilidade e incluídos nos catálogos somente quando forem defensáveis, pois a disponibilização deve considerar questões relacionadas à violação de privacidade.

Szostak (2015) reforça tal constatação quando diz que ao se construir as pontes entre os documentos e os usuários, estes se beneficiariam também se fossem consideradas teorias aplicadas, métodos aplicados, perspectivas filosóficas e disciplinares e visões de mundo do(a) autor(a) identificadas naquele trabalho, mas raramente tais aspectos são usados na atribuição de assuntos nos registros catalográficos.

Por razões que vão desde a falta de recursos humanos até a ausência de uma política de indexação e catalogação, bibliotecas utilizam a notação de classificação como único ponto de acesso de assunto aos documentos, como acontece com a Biblioteca Nacional do Brasil. Mesmo nesse contexto, é possível garantir o direito de voz das autoras que usaram pseudônimos movidas pelo preconceito de uma sociedade e/ou de uma época, pela necessidade de proteção e/ou privacidade etc., cujas obras se beneficiariam da visibilidade desse elemento.

As bibliotecas que realizam a indexação de livros poderiam refletir sobre relacionamentos para estruturar os atributos do *thema* pelo *nomen* no momento da análise de assunto. Essa postura fomentaria o direito de voz das autoras e, também, de usuários que fariam uso das obras sob o viés do seu contexto e do seu protagonismo. Para fins didáticos, sugere-se a etapa de leitura documentária para subsidiar essa reflexão.

Nessa forma de leitura, as estratégias cognitivas dizem respeito aos comportamentos automáticos e inconscientes do leitor, isto é, à leitura fluida em que suas habilidades são ativadas por dois movimentos complementares: *bottom-up*, quando o leitor explora o contexto do texto, caminhando da parte para o todo com o objetivo de extrair significado; e a *top-down*, quando o leitor vale-se de previsões, caminhando do todo para a parte de forma a atribuir significado. Já as estratégias de leitura metacognitivas consistem em comportamentos desautomatizados, ações conscientes diante de um problema e de um objetivo (CINTRA, 1989).

A informação de que determinada autora usou ou usa pseudônimo para assinar suas obras poderia complementar dois momentos da leitura documentária para fins de indexação:

- no bojo das estratégias cognitivas: durante o movimento *top-down*, quem indexa analisaria por meio de previsões se há evidências de que o fato de a autora ter assumido a autoria da obra por meio de um pseudônimo “daria forma” aos assuntos ali abarcados ou ofereceria uma perspectiva diferente; e
- no bojo das estratégias metacognitivas: nas etapas de identificação e seleção de conceitos, quem indexa poderia atribuir *nomens* ou construir relacionamentos que sinalizem o fato de que foi usado um pseudônimo como responsabilidade intelectual daquela obra.

Assim, ao realizar a análise de assunto da obra de uma escritora que usou um pseudônimo naquela ou em outras obras, o(a) indexador(a) manteria essa informação em sua consciência durante a leitura documentária. Essa estratégia auxiliaria as previsões que serão realizadas durante a leitura por meio do movimento *top-down* e ofereceria subsídios para a atribuição de termos que ressaltem aspectos na utilização de pseudônimo por uma escritora (por exemplo: preconceito, difamação etc.), assim como aspectos que sinalizem para a diferença de olhar que ocorre quando um assunto é abordado sob o ponto de vista de mulheres.

Em um contexto aplicado, ao realizar a análise de assunto do livro *Úrsula* escrito por Maria Firmina dos Reis, sob o pseudônimo “Uma Maranhense”, o indexador poderia atribuir termos tópicos relacionados à história da escravidão no Brasil sob a perspectiva de uma mulher, ativismo feminino etc. além de identificar e selecionar os termos que representem os assuntos abordados nesse romance abolicionista da literatura brasileira.

Se na obra não constar informações sobre o nome da autora e durante a investigação o indexador encontrar uma declaração sobre ela ou perceber a preferência da autora em manter o seu nome em sigilo, seu desejo deve ser atendido, mantendo apenas o pseudônimo. Nesse caso, remissivas não devem ser criadas e decisões relacionadas à privacidade devem ser tomadas, conforme atestam Moulaison, Dykas e Budd (2014). Todas as decisões e orientações envolvendo a representação temática e descritiva devem constar nas políticas de indexação e de catalogação da biblioteca

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização de uma organização do conhecimento compromissada, como defende Tennis (2013), deve-se entender como se dá a produção de conhecimento em um domínio e a maneira pela qual este interage com a sociedade e é por ela afetado. Na perspectiva dos FRSAD, a representação de assunto no contexto

proposto poderia se beneficiar da criação de relacionamentos para estruturar os atributos do *thema* pelo *nomen* ao ampliar a reflexão sobre as relações – inclusive de poder – que envolvem o uso dos pseudônimos.

Ao identificar quais são as vozes excluídas no contexto de uma biblioteca e tentar convidá-las a estarem presentes, a organização do conhecimento caminha em busca de espaços de negociação, isto é, espaços onde esses usuários se sentirão à vontade para interagir com a biblioteca. O catálogo pode ser uma alternativa, inclusive uma ferramenta pedagógica (DRABINSKI, 2013), e a revisita às suas listas de autoridades é um caminho possível.

Uma reflexão no interior do próprio domínio da organização do conhecimento se faz necessária, pois devemos pensar sobre as presunções que vêm sendo tomadas como verdades nesse contexto. Os valores que permeiam a atuação de bibliotecários(as) no tocante à organização do conhecimento moverão suas atitudes e serão reveladas a partir do grau de valorização que se dá à construção ou atualização de um registro catalográfico.

Artigo recebido em 05/07/2018 e aprovado em 05/10/2018.

REFERÊNCIAS

BUONOCORE, Domingo. *Diccionario de bibliotecologia*. 2. ed. aum. Buenos Aires: Marymar, 1976.

CINTRA, Anna Maria Marques. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, Johanna W. (Coord.). *Análise documentária: a análise da síntese*. 2. ed. Brasília: Ibict, 1989. p. 30-37.

COSTA, Camila. As autoras que tiveram de usar pseudônimos masculinos – e agora serão lidas com seus nomes verdadeiros. *BBC Brasil*, São Paulo, abril 2018. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/geral-43592400>. Acesso em: 14 set. 2018.

DECLARAÇÃO de princípios internacionais de catalogação. [S.l.]: IFLA, 2009. Disponível em: <www.ifla.org/publications/statement-of-international-cataloguing-principles>. Acesso em: 11 jul. 2018.

D'ERCOLE, Isabella. Livros de mulheres que assinaram com pseudônimos masculinos são relançados. *Geledes: Instituto da Mulher Negra*, São Paulo, abril 2018. Seção Questão de Gênero. Disponível em: <www.geledes.org.br/livros-de-mulheres-que-assinaram-com-pseudonimos-masculinos-sao-relancados>. Acesso em: 14 set. 2018.

DEZ autoras que publicavam sob pseudônimos masculinos. *Revista Cult*, São Paulo, abril 2018. Seção Livros. Disponível em: <revistacult.uol.com.br/home/10-autoras-que-precisaram-de-pseudonimos-masculinos-para-publicar-suas-obras>. Acesso em: 14 set. 2018.

DOBRESKI, Brian; KWAŚNIK, Barbara. Changing depictions of persons in library practice: spirits, pseudonyms, and human books. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 44, n. 8, p. 656-667, 2017.

DRABINSKI, Emily. Queering the catalog: queer theory and the politics of correction. *Library Quarterly*, Chicago, v. 83, n. 2, p. 94-111, 2013.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Catálogo de autoridades da Fundação Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <acervo.bn.br/sophia_web/index.html>. Acesso em: 19 nov. 2018.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. *Teoría e historia de la catalogación de documentos*. Madrid: Síntesis, 1999.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Functional requirements for authority data: a conceptual model*. München: K.G. Saur, 2009. Disponível em: <www.ifla.org/publications/functional-requirements-for-authority-data>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. *Functional requirements for bibliographic records: final report*. 1998. Disponível em: <www.ifla.org/publications/functional-requirements-for-bibliographic-records>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. *Functional requirements for subject authority data: a conceptual model*. Netherlands: IFLA, 2010. Disponível em: <www.ifla.org/node/5849>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. *Guidelines for authority records and references*. 2. ed. revised by the IFLA Working Group on GARE Revision. München: K.G. Saur, 2001. Disponível em: <www.ifla.org/publications/ifla-series-on-bibliographic-control-23?og=54>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MELO, Maria Antônia Fonseca; BRÄSCHER, Marisa. Requisitos funcionais para dados de autoridade de assunto (FRSAD): entidades, atributos e relacionamentos. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 12, n. 2, p.102-119, 2014.

MEY, Eliane Serrão Alves. *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MILANI, Suellen Oliveira; PINHO, Fabio Assis. Knowledge representation and orthophemism: a reflection aiming to a concept. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 384-393, 2012.

MOULAISON, Heather Lea; DYKAS, Felicity; BUDD, John M. Foucault, the author, and intellectual debt: capturing the author-function through attributes, relationships, and events in knowledge organization systems. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 41, n. 1, p. 30-43, 2014.

OLSON, Hope Alene. *The power to name: locating the limits or subject representation in libraries*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

OLSON, Hope Alene; SCHLEGL, Rose. Standardization, objectivity, and user focus: a meta-analysis of subject access critiques. *Cataloging & Classification Quarterly*, New York, v. 32, n. 2, p. 61-80, 2001.

ORIGINAL Writers project. Disponível em: <hporiginalwriters.com/pt>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda López Ginez de. A noção de estrutura e os registros de informação dos sistemas documentários. *Transinformação*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 7-18, 2010.

ROBITAILLE, Isabelle. Book review: International Encyclopedia of Pseudonyms. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 3, n. 1, p. 60-61, 2006.

SOUSA, Brisa Pozzi de; SALDANHA, Gustavo Silva; TOLENTINO, Vinicius de Souza. Possibilidades reflexivas sobre gênero na estruturação do ponto de acesso na catalogação: entre a delimitação das regras e a amplitude da representação. In:

PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Org.). *Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento*. Recife: Ed. UFPE, 2017. p. 325-333. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, 4).

SZOSTAK, Rick A pluralistic approach to the philosophy of classification. *Library Trends*, Baltimore, v. 63, n. 3, p. 591-614, 2015.

TENNIS, Joseph T. Ethos and ideology of knowledge organization: toward precepts for an engaged knowledge organization. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 40, n. 1, p. 42-49, 2013.